



Folha	012
Proc.	383/2018
Resp.	Caia

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
AUTÓGRAFO NÚMERO 258/2018
PROJETO DE LEI NÚMERO 269/2018

Prorroga o prazo para quitação da concessão onerosa de direito real de uso instituída pela Lei nº 6.639, de 18 de outubro de 2007, e dá outras providências.

Art. 1º Fica prorrogado por 2 (dois) anos, a contar da entrada em vigor desta lei, o prazo para quitação da concessão onerosa de direito real de uso instituída pela Lei nº 6.639, de 18 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no “caput” deste artigo, o saldo devedor de cada beneficiário será reajustado, no início de cada ano, com base no coeficiente de atualização aplicável às contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 2º Caso o resultado da divisão do saldo devedor em 24 (vinte e quatro) parcelas, na forma do “caput” e do parágrafo único do art. 1º, resulte em prestação que comprometa mais de 1/3 (um terço) da renda familiar do beneficiário, o parcelamento poderá ser aumentado em tantas parcelas quantas forem necessárias para obtenção de um valor mensal de prestação não superior a 1/3 (um terço) da renda familiar do beneficiário.

Parágrafo único. O deferimento do prazo adicional referido no “caput” deste artigo é condicionado à existência de laudo social realizado pela Gerência do Cadastro e Gestão Socioeconômica, no qual esteja comprovada a vulnerabilidade social e a incapacidade financeira do beneficiário para a quitação do saldo devedor de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta lei.

Art. 3º Após a quitação do saldo devedor, ao final das parcelas ou antecipadamente, de acordo com a disponibilidade financeira do beneficiário, será emitido pela Coordenadoria Executiva de Habitação um “termo de quitação”, que será levado a registro no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara pelo beneficiário.

Art. 4º Durante o prazo de quitação da concessão onerosa de direito real de uso instituída pela Lei nº 6.639, de 18 de outubro de 2007, a titularidade da concessão apenas se transfere, de maneira “causa mortis”, aos herdeiros do concessionário.

Parágrafo único. Na hipótese de transferência da concessão, nos termos do “caput” deste artigo, o contrato de concessão será aditado, para nele fazer constar o(s) novo(s) concessionário(s).

Art. 5º Revoga-se o inciso IV do art. 5º da Lei nº 6.639, de 18 de outubro de 2007.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Presidente

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente

